



## **Experiências de autonomia e democracia nos grêmios estudantis**

*Experiencias de autonomía y democracia en los gremios estudiantiles*

*Experiences of autonomy and democracy in student unions*

NATALIÊ ANDIARA BE CARDOSO

natiandiara@hotmail.com

Mestre em Educação. Pedagoga pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

<https://orcid.org/0000-0001-5878-0351>

### **Resumo**

O presente artigo apresenta os princípios da constituição dos grêmios estudantis na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis a partir da formação política de estudantes na educação fundamental, contextualiza os Encontros de Grêmios Estudantis e tece reflexões dessas experiências a partir das narrativas estudantis. Utiliza-se a pedagogia libertária como referencial teórico para problematizar a sociedade burguesa e o papel da escola frente ao autoritarismo, a hierarquia do conhecimento e a burocratização como faces de controle do sistema capitalista. A discussão posta situa a escola pública como um lugar que precisa abarcar as críticas da escolarização e avançar como espaço de possibilidades. Tais experiências revelam efeitos importantes nos trajetos individuais e coletivos de estudantes e é indubitável seu caráter educativo. As narrativas demonstram que os aprendizados ultrapassam discursos e teorias, evidenciam o aprendizado dialógico e a tomada de decisões coletivas, que funcionam como ensaios de transformação do contexto escolar.

*Palavras-chave: formação política, educação fundamental, grêmios estudantis, autonomia, democracia.*

### **Resumen**

Este artículo presenta los principios de la constitución de uniones estudiantiles en la Red Municipal de Educación de Florianópolis a partir de la formación política de estudiantes de educación primaria, contextualiza los Encuentros de Uniones Estudiantiles y reflexiona sobre estas experiencias a partir de las narrativas de los estudiantes. Utiliza la pedagogía libertaria como marco teórico para problematizar la sociedad burguesa y el papel de la escuela frente al autoritarismo, la jerarquía del saber y la burocratización como facetas de control del sistema capitalista. Este debate sitúa a la escuela pública como un lugar que necesita asumir las críticas a la escolarización y avanzar como un espacio de posibilidades. Estas



experiencias revelan importantes efectos en las trayectorias individuales y colectivas de los estudiantes y su carácter educativo es indudable. Las narrativas muestran que las lecciones aprendidas van más allá de discursos y teorías; destacan el aprendizaje dialógico y la toma de decisiones colectivas, que actúan como prueba para transformar el contexto escolar.

*Palabras clave: formación política, educación primaria, gremios estudiantiles, autonomía, democracia.*

### **Abstract**

This article presents the principles behind the formation of student unions in the Florianópolis Municipal Education System, based on the political education of students in primary school. It contextualizes the Student Unions' Encounters, and reflects on these experiences through student narratives. Libertarian pedagogy is used as a theoretical framework to problematize bourgeois society and the role of the school in the face of authoritarianism, as well as the hierarchy of knowledge and bureaucratization, which are facets of the capitalist system's control. This discussion places the public school as a place that needs to embrace the criticisms of schooling and move forward as a space of possibilities. These experiences reveal important effects on students' individual and collective journeys, and their educational nature is undeniable. The narratives show that the lessons learned go beyond discourses and theories; they highlight dialogic learning and collective decision-making, which act as rehearsals for transforming the school context.

*Keywords: political education, primary education, student unions, autonomy, democracy.*

## Pressupostos de uma educação autônoma

As reflexões suscitadas neste trabalho partem da formação política com os grêmios estudantis em 23 escolas básicas da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (RMEF), que acontece a partir de 2018 até 2020, envolvendo discentes do 1º ao 9º ano por meio de encontros de estudantes no formato de oficinas integradas, relatos de experiências e plenárias. Esse processo formativo envolve ainda a constituição de grêmios nas escolas e a formação continuada de profissionais, denominados articuladores de grêmios estudantis. Tais reflexões fazem parte de uma pesquisa de mestrado, que aprofunda e analisa este processo à luz do movimento estudantil mundial e brasileiro, com vistas a ampliar a autonomia discente e as experiências democráticas com tendências horizontais em diálogo com as narrativas estudantis, algumas delas apresentadas neste artigo. As narrativas apresentadas são um recorte de tantas outras e se dão pela proximidade com a discussão feita. Todavia é uma eleição um tanto quanto difícil, dada a pertinência das percepções dos estudantes sobre as experiências vivenciadas nos Encontros de Grêmios Estudantis.

A relevância deste estudo reside em demonstrar, refletir e analisar esta experiência singular no convite à estruturação de grêmios com estudantes da educação fundamental, crianças e adolescentes entre 7 a 15 anos. As escolas tinham liberdade para aderir ou não a essa participação, sendo estimuladas à ampliação dos canais de participação discente.

Denominamos como narrativas estudantis os depoimentos gravados em vídeos e as avaliações escritas realizadas nos Encontros de Grêmios Estudantis que compõem uma publicação institucional utilizada como uma das fontes da referida pesquisa. As avaliações nem sempre apresentavam um campo específico para identificação do estudante e da escola e, mesmo quando esse campo constava, seu preenchimento era facultativo, por isso, algumas citações aparecem sem identificação visto que a intencionalidade era acompanhar o percurso formativo. Essas e outras narrativas compõem o livro *O diário de uma transformação* (Cardoso & Mesti, 2020a) que conta a experiência de um estudante na implementação do grêmio na sua escola, demonstrando a importância dos Encontros de Grêmios Estudantis nesse processo. O texto é escrito em forma de diário e apresenta perguntas ao final de cada dia, além de um espaço para anotações ou desenhos. Além das narrativas estudantis comporem o material, os estudantes participaram da ilustração de *letterings*. Já o livro *Grêmios Estudantis: o imaginário de uma transformação* (Cardoso & Mesti, 2020b) apresenta os fundamentos do trabalho com os grêmios e reafirma a escola como um espaço democrático – para o desenvolvimento do conhecimento, do pensamento

crítico e do campo das experiências – e propositivo de mudanças. Contempla textos de adultos envolvidos no processo formativo tais como articuladores, mediadores das oficinas e coordenação. Tais publicações demarcam o trabalho coletivo com os grêmios estudantis enquanto Rede de Ensino.

Na RMEF, o ancoramento legal do trabalho com os grêmios estudantis se pauta no Plano Municipal de Educação (2015-2025) que preconiza a participação da comunidade escolar nas decisões e na construção do Projeto Político-Pedagógico das unidades educativas (Florianópolis, 2016) na gestão democrática e seus desdobramentos, como a avaliação institucional que precisa contemplar a participação de profissionais, estudantes e famílias. O grêmio também está previsto em leis federais que amparam e normatizam esse processo (lei nº 7.398/1985, conhecida como Lei do Grêmio Livre; o ECA, lei nº 8.069/1990; a LDB, lei nº 9.394/96; o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares etc.). Nesse cenário, discute-se sobre a representatividade estudantil à luz da organização política não normativa, lançando apontamentos sobre os limites da democracia representativa, na qual o voto precisa ser acompanhado de discussões e compreensões na busca pelo bem comum, se distanciando de uma democracia de iguais onde o poder é utilizado como controle. Esse debate traz ao centro das discussões a rigidez estrutural e a centralidade do adulto na tomada de decisões escolares e impulsiona a ampliação de canais de participação democrática estudantil.

A consolidação e o alargamento da prática democrática com vistas à participação discente devem ser percorridos coletivamente por estudantes, adultos e famílias, visto que o espaço de participação autônoma, deliberativa e democrática dos estudantes não está dado. Faz-se necessário mais que discursos, leis ou normativas que entoeem os princípios da educação crítica e democrática para construir coletivamente um espaço de atuação emancipadora. Tal compreensão reforça o estudo e o diálogo permanente e fiel entre teoria e prática.

A perspectiva teórica escolhida para analisar e refletir sobre as problematizações postas é a pedagogia libertária como crítica de organização social, evidenciando práticas e experiências de auto-organização política estudantil, indicando a potencialidade da educação integral. Esse arcabouço teórico ampara a discussão sobre relações democráticas e horizontais em detrimento do autoritarismo para a constituição de coletivos estudantis que se auto-organizam nos tensionamentos da escolarização e das relações de poder, com ênfase entre estudantes, adultos e escola (Branco, 2015; Foucault, 1995; 2008; Gallo, 2007; Tragtenberg, 2002) na construção de novas ordens permanentes ou transitórias. Cabe dizer que tal perspectiva ana-

lisa as relações que se dão no espaço escolar, mas também possibilita transbordar por esferas outras, individuais e coletivas, que se lançam corajosamente a pensar alternativas e concretizar ações com foco na solidariedade e no bem comum.

Compreender a educação a partir de sua inter-relação com outros campos como a filosofia e a sociologia e explicitar suas implicações na dimensão da corporeidade, das artes e dos movimentos sociais é um esforço necessário para não cair em caminhos reducionistas da dimensão humana e da produção científica. De modo que,

Um dos papéis fundamentais da Pedagogia é produzir diálogos com a Sociologia, com os diversos ramos da Psicologia, com a Antropologia e com a História, com o objetivo de elaborar e sistematizar reflexões pedagógicas capazes de sintonizar os sujeitos do processo educativo e os objetos das práticas nos diversos contextos, formais e não formais, em que essas práticas se desenvolvem (Dayrell et al., 2016, p. 250).

Apoiamo-nos na dialética das juventudes (Grosso, 2004) para analisar os trânsitos e as subjetividades de estudantes da escola pública em seus movimentos de organização de coletivos políticos e como essas experiências marcam suas trajetórias de vida escolar e sua formação humana em diferentes contextos e territórios. Para compor um mosaico histórico de determinados acontecimentos políticos, fazemos coro com análises não normativas das democracias, considerando sua importância, mas também seus limites e a necessidade de se manter o diálogo fértil e ancorado em princípios de autonomia, liberdade, solidariedade, diálogo e coletividade como fundamentais para a organização político-social (Ferreira, 2018).

A autonomia se relaciona ao conceito de liberdade, mais propriamente à sua prática, por ser algo essencial de ser praticado e experimentado. A ausência de liberdade na educação pode ser manifestada e/ou percebida implícita ou explicitamente pela relação professor-estudante, pela estrutura física e organizacional e pela eminente preocupação com o controle e a regulação dos corpos e das mentes. A escola prima pela ordem, disciplina e sua cultura prioritariamente classificatória, restritiva e punitiva regula seu funcionamento.

Na defesa da educação como processo de formação humana e não meramente a transmissão de conhecimento, a emancipação intelectual se opõe à hierarquização e desmistifica a explicação do professor como a iluminação do conhecimento, visto que a escola não é o único espaço de aprendizagem e que os estudantes também aprendem uns com os outros. Nesse viés, Rancière traz à discussão uma importante e ainda atual problematização de Joseph Jacotot (início do século XIX) sobre o papel

da escola e das consequências da pedagogização, argumentando radicalmente que o que a escola quer alcançar, ela mesma o minimiza; em última análise, a emancipação intelectual. Com relação à emancipação, Jacotot elucida que não se trata de um método, mas que, para alcançarmos uma sociedade igualitária, esse princípio deve estar no início das ações e não ser percorrido ou concebido como objetivo final. Tê-la como objetivo final é seguir reproduzindo desigualdades, ainda que com um discurso progressista e igualitário, numa defesa militante, ideológica, mas nada efetiva. Ele ressalta que essas são questões políticas e filosóficas, joga luz para esse cenário e demarca a relevância e ao mesmo tempo profundidade de tais discussões. Sobretudo, sobre a importância dos campos educacional, filosófico e político serem considerados em seus entrecruzamentos possíveis – e necessários – para que pensar a educação seja pensar sobre a vida. Esse horizonte imprime clareza para elencar objetivos que promovem mudanças sociais relevantes e estão implicados no sistema de ensino, na postura do educador e na consciência política e filosófica dos grupos sociais a servir para o embrutecimento ou para a emancipação.

Não se trata de uma questão de método, no sentido de formas particulares de aprendizagem, trata-se de uma questão propriamente filosófica: saber se o ato mesmo de receber a palavra do mestre – a palavra do outro – é um testemunho de igualdade ou de desigualdade. É uma questão política: saber se o sistema de ensino tem por pressuposto uma desigualdade a ser ‘reduzida’, ou uma igualdade a ser verificada (Rancière, 2022, p. 12, grifo do autor).

Vale a pena atuar na dimensão progressista e autonomista, ainda que isso não modifique a realidade? Ou, qual a possibilidade concreta de atuar no sistema educacional sob essa perspectiva e avançar em igualdade como ponto de partida? E se não for possível mensurar, ainda assim, é válido esse esforço? Não seria um engodo, pura demagogia e até mesmo uma armadilha tal empreendimento e aumentar ainda mais a distância entre teoria e prática? Jacotot não era otimista com relação a isso, nos previne Rancière (2022), assim como também não o era quanto à revolução social. Estes fatos já respondem, de alguma maneira, às problematizações levantadas aqui. No entanto, ele compreende a potencialidade de a igualdade estar fora da reprodução escola-sociedade como um certo lugar flutuante e seguro, no qual a igualdade não pertence à escola ou à pedagogização das ações e relações sociais de reprodução ou alienação. E nos parece possível aproximar o conceito de igualdade que ele traz com o de sonho, de utopia e de liberdade, pois

[...] não tem forma nem é real. [...] A igualdade é fundamental e ausente, ela é atual e intempestiva, sempre dependendo da iniciativa de indivíduos e grupos que, contra

o curso natural das coisas, assumem o risco de *verificá-la*, de inventar as formas, individuais ou coletivas, de sua verificação (Rancière, 2022, p. 16, grifo do autor).

Para se transformar e transformar o que está à nossa volta, Dayrell (2016) evoca o valor das interrogações e conclama sua renovação. Mais que explicações, a pedagogia da pergunta também já foi vastamente defendida por Paulo Freire e pode ser aproximada da problematização feita por Jacotot, que podemos nomear a nosso modo como práticas de autonomia num processo educativo que é, antes de tudo, um processo de formação humana.

Quando Jacotot, em sua incapacidade de ensinar francês a estudantes holandeses, por não dominar a língua e vice-versa, propõe a autoeducação, na qual os estudantes autogerem seu aprendizado na dimensão individual e aprendem na relação uns com os outros, isso não invalida a figura do mestre/professor; antes, o valora no sentido de que não há limites que não possam ser superados diante do desejo, do querer individual e coletivo e se contrapõe a explicações enfadonhas e limitantes do processo criativo. E, sim, para espanto de Jacotot, os estudantes aprenderam francês estudando um livro, fazendo traduções e trocas, seguindo suas orientações.

A busca por compreender os anseios dos estudantes é relevante para o campo educacional, sociológico e filosófico e significa uma virada paradigmática essencial para que uma outra fotografia do real possa ser sonhada, remontada e vivida. Le Goff (1990) conceitua esse processo de estruturação de memória coletiva como documento-monumento e o estima por sua constituição se dar junto às marcas de quem o produz. Essa construção histórica dos sujeitos é legítima e pode ser narrada a partir dos corpos, sentimentos e relações sem isolar tal movimento dos documentos produzidos, compreendendo-o como documento-monumento, imagem da própria história. Tal qual narra uma estudante:

O movimento estudantil tem tudo a ver com o Grêmio, e é importante isso. Na minha escola ainda não tem o Grêmio Estudantil. Um dos motivos pra tá aqui é conseguir mais ideias e conseguir elaborar coisas novas, pra formar um Grêmio Estudantil (Depoimento de Helen – 6º ano – EBM<sup>1</sup> Escola Maria Conceição Nunes, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 153).

É também essa perspectiva importante para compor outras formas de produzir conhecimento científico numa relação mais direta com o campo de pesquisa, a

---

1 Abreviação de Escola Básica Municipal.

saber quais as transformações no comportamento político de estudantes, os efeitos geracionais de repassar práticas e valores políticos numa análise das trajetórias individuais e coletivas e se relaciona com a vida cotidiana.

A expansão e aprofundamento de pesquisas e reflexões sobre os processos formativos, de diferentes ordens, que constituem os comportamentos políticos de indivíduos e grupos, e mais especificamente os engajamentos políticos, vêm se impondo como uma tarefa intelectual e política a diversas áreas do conhecimento diante das inquietações contemporâneas sobre quais são as possibilidades e limites de se formar indivíduos aderentes aos valores democráticos (Tomizaki, 2020, p. 11).

Na comemoração de 50 anos de 1968, ano emblemático para o movimento estudantil, o intelectual argentino Pedro Krotsch problematiza as críticas que houve sobre a possível morte ou o desaparecimento da atuação de coletivos com um questionamento às avessas: “¿qué había llevado a los intelectuales de la educación a modificar la relevancia de una cuestión que en los años sesenta había sido objeto central de atención en las ciencias sociales?” (Krotsch, 2002 citado por Dip, 2023, p. 24). Segundo ele, as pesquisas nesse período se ocuparam muito mais com assuntos institucionais do que com os estudantes e seus ativismos. Isso demonstra que pesquisas com esta temática são relevantes para dirimir a lacuna deixada por parte significativa de um tempo histórico e para investigar e contribuir com o debate, lançando novos questionamentos e estimulando que problematizações sigam sendo elaboradas, uma vez que esse tema também não é estanque, mas em constante devir (Deleuze, 2005). Esse caminho é importante também para que os próprios estudantes do ensino fundamental possam, como sujeitos, anunciar pautas, reclamar justiça e, sobretudo, propor opções coletivas de lutas sociais.

O afastamento dos jovens da organização política se dá pela burocratização e pelo afastamento das pautas com suas vidas e interesses (Abramo, 2004). Isso nos impulsiona a pensar sobre a relevância da formação política, da organização e da participação discente em experiências de autonomia na educação básica. Desse modo, o grêmio estudantil é um espaço privilegiado para que estudantes exercitem essa prática, ensaiem ações, estabeleçam diálogos e construam pautas coletivas no sentido de mobilizar a escola a ouvi-los, imprimindo maior participação nas decisões e no cotidiano escolar. Paulo Freire (1991, p. 35) já alertava que “mudar a cara da escola pública implica também ouvir meninos e meninas”. Essa atuação é legítima e garantida por diferentes leis educacionais, mas, mais do que isso, precisa ser experimentada visto que, parafraseando Paro (2016), não existe

democracia sem pessoas democráticas para exercê-la. Uma estudante sintetiza essa ideia afirmando que:

Política está presente na vida de todos, em meu ver, funciona a partir de escolhas que favoreçam todas as pessoas e seres, de maneira organizada, sugestões e ideias, debater e lutar por nossos direitos, e o do nosso próximo, aquele que não tem condições de poder fazer tais coisas, a política funciona a partir de representabilidade” (Depoimento de Esther Boik, EBM Maria Tomázia Coelho. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 113).

Essa tônica reafirma a dimensão do compromisso político, coletivo e diário que a democracia implica, aspectos basilares na organização e discussões dos Encontros de Grêmios Estudantis.

É também essa perspectiva importante para compor outras formas de produzir conhecimento científico numa relação mais direta com o campo de pesquisa, a saber quais as transformações no comportamento político de estudantes, os efeitos geracionais de repassar práticas e valores políticos numa análise das trajetórias individuais e coletivas, como podemos evidenciar em algumas narrativas estudantis:

A reunião dos Grêmios serve de inspiração para novas ideias, para continuar batalhando pelos direitos e etc. Também serve para fazer os estudantes entenderem sua responsabilidade. Me senti interessado (Depoimento de Anael Alexandre – EBM Virgílio dos Reis Várzea, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 158).

Apreendi que os Grêmios Estudantis são essenciais para o funcionamento das escolas. Irei levar para a vida a importância de correr atrás dos seus direitos e que a união é essencial para tudo (Depoimento de estudante sem identificação, Oficinas Integradas, maio/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 150).

Outro aspecto metodológico importante perpassa pelo desejo de pensar *com* os coletivos estudantis e *com* os estudiosos da área, trazendo essa pesquisa mais como um compromisso ético-político enquanto pesquisadora, na tradução “de que a voz do sujeito pesquisador não fosse solitária, externa e superior, mas, ainda que reconhecidamente diferente da dos sujeitos pesquisados, que tivesse ouvidos atentos e grande capacidade de diálogo” (Grosso, 2020, p. 30).

Por esse viés, analisamos as narrativas estudantis dos Encontros de Grêmios Estudantis da RMEF na problematização da escola enquanto dispositivo pedagógico (Scherer, 1974; Foucault, 1976, 2002; Gallo, 2018, 2019a), em diálogo com princípios da pedagogia libertária e a perspectiva discente, para pensar e agir de

modo intencionalmente político e pedagógico no horizonte democrático e na construção coletiva de outras ordens, transitórias ou permanentes.

### A práxis como caminho nos Encontros de Grêmios Estudantis

Os Encontros de Grêmios Estudantis na RMEF são organizados com planejamento, participação e avaliações contínuas entre a coordenação, articuladores e estudantes e contemplam pautas e reivindicações estudantis como saúde mental, racismo, violências em contexto escolar, comunicação, organização do grêmio, apresentações artísticas, integração pelo esporte, melhorias estruturais e pedagógicas etc. “Así, la política y la educación son las dos dimensiones centrales y constitutivas de los movimientos estudiantiles. Esta doble cara explica que sus problemáticas y demandas conjuguen reivindicaciones de tipo gremial y educacional con otras de fuerte carga política y social” (Cejudó, 2019; Dip, 2022 citado por Dip, 2023, p. 19). Essa concepção está pautada na perspectiva da formação integral e considera o intelecto, as emoções, as artes, o corpo e o diálogo, reunindo estudantes de diferentes faixas etárias num grande intercâmbio de coletivos estudantis. Uma estudante narra sua experiência:

Quando eu cheguei aqui e vi todo o projeto e comecei a ler o que estava no panfleto, eu fiquei muito impressionada, porque eu nunca cheguei a um lugar assim e vi tantas ideias diferentes, de tantas pessoas. E quando eu cheguei na sala, eu fiquei muito impressionada, porque lá é como se todos fossem iguais. E esse é o problema do preconceito, e essas coisas, que tenho visto muito na minha escola (Depoimento de Milleny Beck Domingues Jacobi – 7º ano – EBM Herondina Medeiros Zeferino, Oficinas Integradas, maio/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 148).

A estruturação dos Encontros de Grêmios Estudantis se dá por oficinas integradas<sup>2</sup>, ou seja, independente do tema, tem como fio condutor da proposta o grêmio estudantil, a formação de coletivos. Já para os articuladores dos grêmios, são propostas oficinas específicas e se constituiu um programa de formação continuada na perspectiva de *ir junto* (Gallo, 2018; 2019a) com os estudantes. Isso possibilitou uma ampliação da compreensão e atuação do adulto enquanto educador democrático para “encontrar formas de ensinar e compartilhar conhecimento de maneira

2 As oficinas integradas eram oferecidas simultaneamente a partir de temas e demandas estudantis como: racismo, saúde mental, organização estudantil, entre outros. O intuito era promover de modo mais horizontal a discussão de conceitos e a experiência nos atravessamentos da integralidade humana (emoções, corpo e coletividade), contribuindo para a formação política e para a participação e autonomia estudantil no cotidiano escolar.

a não reforçar as estruturas de dominação existentes (hierarquia de raça, gênero, classe e religião)” (Hooks, 2019, p. 203).

A avaliação processual com estudantes e profissionais é um princípio importante nos Encontros de Grêmios Estudantis. Entretanto, destacamos a plenária final, na qual estudantes de cada oficina são convidados a relatar aprendizados, descobertas e experiências. Essa estratégia de fala e escuta marcam fortemente os encontros e permite construir um universo de pertencimento e respeito entre os estudantes dos diferentes grêmios no exercício de interagir e expor suas ideias num grande coletivo, como relata um estudante: “fiz amigos novos, aprendi várias outras coisas, perdi a vergonha e achei que algumas pessoas eram chatas, mas quando conheci percebi que eram legais” (Depoimento de estudante sem identificação, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 150). É perceptível a construção de um sentimento de igualdade e união entre gremistas que vão tecendo relações de amizade, de sonhos coletivos e de uma escola e um mundo melhor. A afetividade tem valor significativo nas narrativas estudantis e é um elemento que precisa ser considerado pelos adultos e pela escola, pois é um elo decisivo para a participação e o envolvimento estudantil.

Conheci pessoas e discutimos sobre situações e sobre o Grêmio da escola de cada um, no nosso grupo. Foi algo participativo com o espaço para todas as vozes (Depoimento de Esther Boik – EBM Maria Tomázia Coelho, Oficinas Integradas, maio/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 149).

Hoje foi incrível demais sentir uma enorme liberdade, muito grande mesmo! Foi um momento único onde eu percebi as minhas qualidades (Depoimento de Jessica Lorena – EBM Luiz Cândido da Luz, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 159).

Observou-se a crescente participação dos estudantes nos Encontros de Grêmios Estudantis; sua autonomia para escolher as oficinas e separar-se de seu grupo de origem; a gradual autonomia em propor oficinas e participar da organização dos encontros, das ilustrações e opiniões sobre os materiais publicados; a apresentação dos relatos de experiências; as falas nas plenárias, nas trocas solidárias entre estudantes de outras escolas e na discussão e indicação de temas para as oficinas. Percebeu-se ainda a ampliação de grêmios estudantis nas escolas, assim como a não normatividade na estruturação dos mesmos, que sinalizam a autonomia discente. Os grêmios estudantis se constituem numa multiplicidade de formatos que se relacionam com as experiências e processos de maturação de cada espaço, enquanto

coletivo político. Alguns se dão por meio de chapas; outros, por representantes de turmas. Outros, ainda, são compostos por membros de acordo com a porcentagem de votos gerais de cada chapa. Alguns seguiram a divisão de cargos, outros se organizaram por chapas, mas sem divisão de cargos, dentre outras possibilidades. Um destes formatos é explicitado por uma estudante: “Nós não temos cargos dentro do nosso grêmio, não temos tesouraria, nada do tipo. Todas as decisões são feitas por todos, absolutamente todos. Isso é democracia” (Depoimento de Pandora Molina – EBM Acácio Garibaldi São Thiago, 3º Encontro de Grêmios Estudantis, novembro/2018. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 153). Essa diversidade demonstra a autonomia estudantil e que não há homogeneidade ou direcionamento quanto a forma de se organizarem.

As narrativas também transcorrem entre percepções subjetivas e coletivas, demonstram a indissociabilidade entre aprendizado intelectual e emoções e explicitam a necessidade de conexão integral de si com/no mundo. Isso referenda a importância da educação integral na perspectiva libertária.

Hoje aprendi que nem sempre tenho razão e que preciso me colocar no lugar de alguém antes de julgar (Depoimento de Vitória Aparecida P. da Silva – EBM Batista Pereira, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 160).

Eu tinha muitos problemas. Eu não conseguia me encaixar nos grupos, eu era muito... eu era muito sozinho, eu era muito individualista. E no grêmio eu amadureci, eu aprendi que não é sempre que a gente ganha e vai ser o que o nosso coletivo decidir (Depoimento de Lucas Duarte – EBM Acácio Garibaldi São Thiago, 3º Encontro de Grêmios Estudantis, novembro/2018. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 153).

A organização dos Encontros de Grêmios Estudantis por oficinas provoca um movimento do ponto de vista da ocupação e circulação dos corpos pelo espaço e se opõe à tradicional e usual organização por carteiras enfileiradas nas salas de aula, ou ainda por aulas expositivas. Tal dinâmica pressupõe diálogo para organização da proposta e o planejamento a partir dos interesses e necessidades dos estudantes.

Foi uma experiência incrível eu estar aqui. Porque lá onde eu morava não tinha isso, de todo mundo se reunir pra falar sobre um único assunto, que é sobre a escola. E eu aprendi que a nossa escola é a nossa segunda família, onde a gente espalha amor, carinho, afeto com todo mundo. É quando a gente quer o bem de todo mundo (Depoimento de Luísa Flores de Souza – 9º ano – EBM Albertina Madalena Dias, Oficinas Integradas, maio/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 149).

As oficinas de autogestão e organização de coletivos levantaram a questão da liderança fixa em relação às decisões coletivas. A proposta da liderança alternada se destaca como uma alternativa que, além de permitir que todos tenham a oportunidade de vivenciar essa função, evita a sobrecarga de um único indivíduo e favorece um processo decisório mais democrático na percepção dos estudantes:

Aprendi que o Grêmio Estudantil é formado pelas ideias e opiniões do grupo todo, e que ninguém deve ser superior e nem ter funções maiores do que pode suportar para não prejudicar o grupo. Sentimentos: orgulhosa, motivada, criativa, plena e radiante (Depoimento de Maria Clara Bernardi – EBM Beatriz de Souza Brito, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 159).

É muito importante não ter um líder e todo mundo trabalhar junto pra tomar decisões e cada um fazer seu papel (Depoimento de Maria Clara, EBM Beatriz de Sousa Brito – Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 93).

As oficinas integradas foram eleitas como proposta teórico-metodológica, dada sua configuração favorecer a abordagem e o formato dialógico e político privilegiado para a experiência de conceitos, significados e aprendizagens no estímulo a relações horizontais, pois provoca

[...] a quebra de um outro tipo de hierarquia que não a burocrática que distribui as pessoas em funções fixas, em decorrência de cargos que assumem, de bens que acumulam ou de diplomas que detém, mas sim de uma *hierarquia do conhecimento*. Tal hierarquia é corolária da hierarquia do tipo burocrático e se dá muitas vezes, pela detenção de um discurso especializado que justifica a maior importância de quem o profere em relação aos outros (Corrêa, 1998, p. 45, grifo do autor).

A oficina justamente se contrapõe à ideia de escolarização, da hierarquia do adulto sob o estudante e sob o conhecimento, assim como se distancia de ações e propostas pedagógicas desconectadas do contexto e ausentes de intencionalidade político-pedagógica. A oficina se configura como uma potente possibilidade de promover alteridades a serviço da emancipação. Vejamos alguns relatos estudantis:

Me senti uma pessoa mais responsável e importante para o grupo (Depoimento de @pedro\_yarella, Oficinas Integradas, maio/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 150).

A expressão é a base de tudo, é crucial. Mesmo sendo tímido ou não sendo tímido, tem que ajudar. Quem é mais solto tem que ajudar os tímidos a falar, e os tímidos tem que ter mais coragem pra falar, mesmo. Tem que se expressar de qualquer forma

(Depoimento de Anael Alexander Simas Ferreira – 7º ano – EBM Virgílio dos Reis Várzea, Oficinas Integradas, maio/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, pp. 147-148).

Sempre que eu venho nesses Encontros é um aprendizado novo. Eu como uma parte do Grêmio quero complementar o que aprendo aqui na sociedade e no Grêmio (Depoimento de Gabriela Schultz – EBM Maria Tomázia Coelho, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 159).

Olhar para as experiências de formação política a partir das narrativas estudantis desloca o lugar do estudante como um mero objeto de pesquisa e o evidencia como sujeito social e político em constante devir, assim como amplia a dimensão da política nas relações e práticas cotidianas das “pessoas comuns”. Na iminência de assumir a indissociabilidade da ação-reflexão-ação, esta experiência impulsiona a reflexão sobre a escola pública e as relações deste contexto na perspectiva horizontal e democrática, no reconhecimento das possibilidades e avançando os limites. “Sempre insistir nos nossos sonhos, tanto na escola, quanto em família, quanto fora, porque isso abre portas pra gente ser quem a gente quiser”. (Depoimento de Luísa Flores de Souza – 9º ano – EBM Albertina Madalena Dias, Oficinas Integradas, maio/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 147).

O estudo em tela propõe uma outra mirada ao movimento estudantil e nos aproximamos de Dip (2023, p. 15) para “indagar y debatir la historia, el presente y el futuro de los activismos estudiantiles latinoamericanos” e compreender os eventos históricos para além da perspectiva europeia e norte americana (Dip, 2023). Indubitavelmente, a escola e a educação são espaços políticos em disputa e o movimento estudantil tem influência na organização escolar (Dip, 2023). Dito isto, mais urgente que celebrar datas importantes do passado é imperioso fazer uma leitura crítica e relacioná-la com as pautas e as lutas do tempo presente e fomentar reflexões sobre aspectos ainda não problematizados, como uma oportunidade de não cristalizar o debate. Isso inclui desvincular o protagonismo do movimento estudantil da Europa e dos Estados Unidos, demonstrando como a América Latina teve expressiva atuação política e militante no arcabouço teórico que Nicolás Dip (2020, 2023) mapeia conjuntamente com outros pesquisadores latinos. A exemplo de Silveira (2020), que tece uma análise entre as repercussões de 1968, na França, com o movimento estudantil secundarista em São Paulo no mesmo ano. Rumando para acontecimento mais atuais, Silveira identifica e discute os princípios que estão justapostos às ocupações das escolas públicas, secundaristas e universitárias iniciadas em 2015 em São Paulo, mas que toma proporção nacional em protesto a uma

reforma no ensino médio, que tinha como prerrogativa o fechamento de escolas e o remanejamento aleatório e indiscriminado de estudantes sem qualquer diálogo.

Algumas narrativas estudantis demonstram a compreensão apurada de estudantes e reforçam a pertinência da discussão política na educação básica, feita com respeito às infâncias e adolescências no livre pensar e sem bandeiras partidárias.

Considero que faço política porque a partir do momento em que eu proponho minhas ideias para o Grêmio, estou fazendo política. Pois conversamos sobre diversas opiniões como em um partido democrático. Quando estamos conversando com alguém e colocamos nossas ideias, métodos e opiniões, bem como respeitando o outro, estamos fazendo política (Depoimento de Danielly T. da Silva – EBM Osmar Cunha, Oficinas Integradas, agosto/2019. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 158).

Política é a liberdade de expressão de uma ou mais pessoas que veem futuro para um grupo (Depoimento de Juana Fernandez – EBM Beatriz de Souza Brito. In: Cardoso & Mesti, 2020a, p. 112).

A dimensão afetiva se sobressai nas narrativas – conforme demonstramos em algumas passagens aqui – e expressam a importância que os estudantes dão em se sentirem pertencentes ao coletivo. Eles não fragmentam a vida como fazemos com o currículo; pelo contrário, demonstram uma valiosa compreensão da educação integral e da política. Também narram sonhos, utopias e situam heterotopias “como contraespaços, isto é, a transformação do espaço mesmo em outros, ainda que temporariamente” (Gallo, 2019b, p. 63) quando socializam suas ações na escola a partir do grêmio estudantil.

Nas evidências de que as narrativas estudantis demonstram sobre a compreensão política, problematizamos a ideia do movimento estudantil ser sinônimo do ensino médio e universitário. Isso implica sair do determinismo de uma faixa etária para emergir a ideia de autonomia e participação possíveis em diferentes momentos do tempo escolar, fundamentais para o exercício de relações democráticas e horizontais. Sem a pretensão de negar o diálogo e o valor das experiências secundaristas e universitárias ou tecer interlocuções com esses e outros contextos, nos interessa compreender e defender os transbordamentos das relações entre os sujeitos e coletivos; na dimensão integral da formação política como formação humana, portanto, sem idade específica ou momento definido para acontecer.

No desafio de aproximar discurso e prática e alinhar as escolhas metodológicas para que favoreçam de fato a uma educação crítica, o grêmio estudantil

estimula pensar e reafirmar a escola como um lugar de aprendizado, crescimento, encontro, possibilidades de transformação, inclusive a partir de suas contradições. A participação democrática não se dá espontaneamente, é um processo histórico de construção coletiva. Isso significa dizer que as estratégias de escuta, fala e participação discentes precisam ser organizadas, previstas em calendários e em ações que incentivem práticas participativas na escola pública.

Na marcha da crítica à escola e aos processos de escolarização como modo de controle, reprodução e manutenção da sociedade capitalista, Tragtenberg defendia que a democratização da universidade somente seria possível com

[...] a livre organização dos estudantes em centros e diretórios não controlados pelo Estado, mas autogeridos pelos próprios estudantes, como instrumentos de luta democrática no interior da academia, bem como a representatividade política igualitária dos três segmentos, cada um tendo um terço dos votos. Sem essas ações, não faria qualquer sentido falar em democratização da universidade brasileira (Tragtenberg, 2004 citado por Gallo, 2021, p. 38).

O movimento estudantil desempenha um papel essencial na luta por espaços de participação e o grêmio, como uma forma inicial de formação política no ensino fundamental, fomenta a renovação da militância discente. De maneira consciente e crítica, é importante reconhecer que a escola pública, em todos os níveis, atende os filhos dos trabalhadores e também aqueles que os educam. Este ambiente repleto de contradições clama por um trabalho que desafie a institucionalização do saber e o controle das liberdades, promovendo a organização coletiva em busca de novas formas de atuação.

A escola é um espaço simbolicamente situado e as ocupações das escolas em São Paulo, conhecida como Primavera Secundarista, demonstraram a ressignificação por meio da ação dos estudantes. Embora transitórias, as ocupações conquistaram vitórias e semearam transformações importantes no que se referem às pautas estudantis aliadas à dinâmica organizativa escolar. Enfatizaram que é fundamental mudar a forma como ocupamos e vivemos o espaço escolar, criando experiências concretas com a vida em sua esfera social. Essas intervenções estudantis podem ser vistas como um documento-monumento coletivo, um antídoto contra o esquecimento (Le Goff, 1990). Nesse sentido, as narrativas dos estudantes não apenas documentam suas vivências, mas também ocupam espaços de poder, contribuindo para a construção de novos referenciais.

A desconexão entre a cultura educacional e a experiência dos jovens é tão significativa que é possível observar uma cisão entre o universo escolar e o dos estudantes. A distância entre esses mundos e a dificuldade de comunicação que dela resulta têm enfraquecido a capacidade educativa da escola e dos professores, promovendo uma socialização juvenil que se distancia dos princípios éticos e democráticos. É fundamental questionar essa desconexão com a política, que muitas vezes vemos como algo que deve ser terceirizado ou reservado a momentos específicos, como as eleições, quando, na verdade, deve ser uma responsabilidade de todos. Para contrapor esse caminho é crucial reconhecer a escola pública como um espaço público, diferenciando público de estatal. Esse princípio envolve a gestão da escola na superação da lógica adultocêntrica e autoritária, na qual prevalece uma estrutura rígida, com um funcionamento tradicional e hierárquico que centraliza o poder, criando obstáculos para os jovens (Dayrell, 2007; Corti & Souza, 2004).

Para educadores, filósofos, sociólogos e qualquer profissional comprometido com a educação crítica, a emancipação dos sujeitos, a democracia e a justiça social, o diálogo é uma ferramenta imprescindível e eminente para consolidar estratégias de participação direta com estudantes, seja nas esferas institucionalizadas ou em espaços não formais. Isso se traduz, expressamente, em deixar de pensar e fazer educação a partir, unicamente, da perspectiva do adulto para planejar, discutir e estimular, independentemente da idade, a participação estudantil de modo não hierarquizado. O grêmio estudantil pode se configurar como um espaço potente para que os estudantes, em suas experiências de autonomia e liberdade, abram espaço para outras ordens, para novos arranjos e formas de viver. Acima de tudo, para uma participação efetiva como sujeitos inteiros e integrais que falam a partir de suas experiências, sentimentos e repertórios sem que isso seja maior ou menor que a fala de um professor e vice-versa. Que tenhamos a ousadia de não reproduzirmos as estruturas hierarquizantes, segregacionistas e seletivas do sistema econômico e social que criticamos, pois, de fato, esse estudo se dirige, especialmente, no diálogo com profissionais democráticos e preocupados com a democracia para que sigamos tal como cantou Caetano Veloso: atentos e fortes.

No fôlego e na vigília que educadores democráticos precisam nutrir cotidianamente para não corroborar com um projeto de educação fragmentado, acríptico e que favorece exatamente o que criticam, a atenção colocada precisa ser no alinhamento entre discurso e prática e nas escolhas teórico-metodológicas. Hooks (2019, p. 203) alerta que precisamos “encontrar formas de ensinar e compartilhar conhecimento de maneira a não reforçar as estruturas de dominação existentes

(hierarquia de raça, gênero, classe e religião)”. É imperioso manter no horizonte a participação estudantil nas decisões e ações escolares como um precioso e contínuo exercício para efetivar uma prática docente que não reforce as estruturas dominantes. A perspectiva da participação estudantil na escola pressupõe o respeito do adulto ao estudante e esse respeito significa diminuir a distância entre os sujeitos, nos aproximando mais por nossa humanidade e da nossa possibilidade de conviver, ensinar e aprender coletivamente. Essa disciplina intelectual e política é indispensável para o exercício democrático e de cidadania. Para isso, é fundamental ouvir os estudantes, pela relação inerente que o processo de ensino-aprendizagem impele e por princípio ético que a atuação do professor está implicada.

Que o campo fértil do movimento estudantil siga animando estudos e inspirando práticas na construção de sentidos e mobilizações; no desejo cartográfico de não engavetar-se e na abertura para os encontros, permitindo-se transformar e ser transformado. Pela relevância de manter vivo o exercício de reflexão sobre nossas próprias ações, nos locais e grupos que atuamos e transitamos, que pode ser compreendido pela dimensão política das pessoas comuns nas relações e práticas cotidianas.

### Considerações em constante devir

Essa cartografia (Barros, Kastrup 2009; Deleuze, Guattari, 2009) desenha um cenário não hierárquico das narrativas estudantis numa análise tecida pelas relações, dimensões e saberes encontrados e significa uma imersão no plano da experiência. Isso amplia a relevância social de um estudo teórico-científico, eleva seu compromisso com o campo de pesquisa, estendendo sua relevância também pela intenção e possibilidade da devolutiva contribuir em avanços coletivos ao tema em questão.

Analisar o movimento estudantil e fatos históricos de organização política à luz das experiências e narrativas de quem os viveu diretamente, nesse caso os estudantes, amplia a relevância social de um estudo teórico-científico, eleva seu compromisso ético com o campo de pesquisa, estendendo sua relevância também pela intenção e possibilidade da devolutiva contribuir em avanços coletivos ao tema em questão. Larrosa e Koban (2022) expressam o sentido da experiência que, neste lugar de pesquisadores, tomamos a liberdade de nos apropriarmos:

A experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura. Digamos, com Foucault, que escrevemos para transformar o que sabemos e não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de

escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos do que vimos sendo (Larrosa; Koban, 2022, p. 5).

Assim, assumimos o compromisso de não focarmos no que a pesquisadora supõe que sabe, mas colocar atenção ao que os sujeitos envolvidos emergem de suas experiências e narrativas, como elementos de investigação para a produção da realidade que desafia a pesquisadora a transformar-se.

Emergir as narrativas estudantis para saber o que dizem, pensam e sentem os estudantes é um movimento eminente de temas como este. Essa perspectiva se torna indelével para profissionais e estudiosos que, numa relação direta ou indireta de suas ações, decisões e modos de ver influenciam a formação humana, política e social dos estudantes (Teixeira, 2014). Isto posto, a formação política na educação básica se justifica pela iminência “da formação de novas lentes teóricas, capazes de capturar dimensões outras da experiência militante” (Tomizaki, 2020, p. 13), a exemplo da educação fundamental, nos contextos políticos atuais do Brasil e da América Latina, a fim de melhor abarcar as nuances, tensões, reorganizações, perdas e resistências de tais transformações.

Nesse viés, estudos sobre as percepções, posicionamentos e comportamentos políticos estudantis na contemporaneidade<sup>3</sup> requerem a atualização dos problemas de pesquisa, na emergência de novos sujeitos e na elaboração de teorias capazes de capturar dimensões da experiência militante no desenho do campo político presente, ademais de “referirse a la existencia de estudiantes no es lo mismo que hablar de movimientos estudiantiles.” (Bonavena y Millán, 2012 citado por Dip, 2023, p. 17). Corroborando essa ideia, partimos da compreensão de que os estudantes são parte ativa desse processo, num tensionamento do paradigma assentado nos professores/adultos, que pensam e fazem a educação *para* os estudantes, retroalimentando uma relação passiva, burocrática, autoritária e hierárquica do conhecimento, corpos e estruturas (Tragtenberg, 2004). A conquista de pautas sociais guarda em suas bases um trabalho a médio e longo prazo. Por isso, os ciclos de revoltas populares são fundamentais para a transformação social e para pressão da administração de recursos públicos que atendam aos interesses e necessidades da população.

O grêmio, na perspectiva teórico-metodológica apresentada aqui, por si só, é uma possibilidade de atuação estudantil que, no mínimo, tensiona a perspectiva

---

3 Dentre os estudos contemporâneos na América Latina, podemos citar Elmir de Almeida (Brasil), Pedro Núñez y Marina Larrondo (Argentina) e Óscar Aguilera (Chile).

adultocêntrica na organização escolar. A resignificação das relações se apresenta, primeiramente, entre os estudantes que se relacionam com faixas etárias distintas e com estudantes de outras escolas, ou seja, que não se conhecem. Nessa discussão e elaboração de conceitos, constroem relações de confiança e respeito numa experiência coletiva de auto-organização e estruturação de ações para intervenção em suas escolas, a partir das problemáticas de cada contexto.

As narrativas estudantis apontam como os estudantes (re)significaram sua participação nos grêmios e nas escolas, modificando modos de se relacionar e conviver. Tal dinâmica contribui para diminuir o distanciamento da política na vida cotidiana, sem que isso se vincule à burocratização ou a partidos políticos, criando outros modos de fazer política. Nesse sentido, os Encontros de Grêmios Estudantis unem pautas estudantis e aspirações educacionais democráticas, com inclinações horizontais.

Nos Encontros de Grêmios Estudantis, o foco não foi propriamente lutar contra o capitalismo, mas promover o diálogo e a tomada de decisões coletivas como práticas reais voltadas para o bem comum com estudantes de idade mista da educação fundamental. O objetivo foi estimular a auto-organização, valorizar relações horizontais e incentivar a autonomia dos estudantes. Essas ferramentas visam romper com a dicotomia entre autoritarismo e obediência que limita a formação crítica. Esse processo formativo se mostrou uma contribuição valiosa para que os estudantes possam fazer escolhas de forma ética e democrática, praticando política de maneira responsável e construindo relações justas, livres e coletivas no dia a dia. Esses princípios são especialmente relevantes quando consideramos a importância formação política para uma sociedade justa, com pessoas que se auto-organizam. É essencial que os estudantes problematizem padrões ou normas autoritárias e que, de maneira gradual e colaborativa, criem formas de viver renovadas e significativas.

A análise dos Encontros de Grêmios Estudantis pela perspectiva e pelas experiências discentes não se pretende colocar como modelo a ser seguido, tampouco se pretende diminuir as contradições existentes entre seus interlocutores ou minimizar os desafios dentro de uma estrutura de educação formal estatal. Entretanto, nos interessa, uma vez ocupados os espaços públicos, que possamos fazer deles públicos ao viabilizarmos ideias e projetos que deem lugar à construção coletiva e democrática com destaque à participação estudantil e suas pautas, ainda que, reconhecidamente, tenhamos muito em que avançar.

Ter como intencionalidade a pedagogia libertária à formação política de estudantes não significa importar os princípios libertários sem considerar as limitações da educação formal estatal ao momento e ao contexto político contemporâneos. Ainda assim, nos desafiamos em proporcionar aos estudantes da escola pública uma formação integral, emancipatória, que valoriza a coletividade, a autonomia e a liberdade sem que isso signifique o apagamento das subjetividades. Sobretudo, defendemos a apropriação da escola como espaço público e isso implica a reorganização e ressignificação do trabalho docente na perspectiva estudantil e horizontal, visto que, enquanto adultos, ainda justificamos tutela e controle. É preciso reconhecer as contradições postas, alinhando discurso e prática na organização coletiva de estratégias contra um projeto econômico de controle e exploração, ao qual nos posicionamos contrários.

Trata-se portanto de um tema envolto em disputas teóricas e empíricas e que, pelo fato de fazer parte da ação dos sujeitos no cotidiano, tem certo dinamismo que exige constante estudo. Dip (2023) busca lugares comuns ao remontar criticamente a história do movimento estudantil e a traz para a atualidade da América Latina, lançando distintas e valiosas perguntas no estímulo ao debate e à reflexão; à relevância em dissecar e acompanhar suas ramificações e (des)continuidades. Tal empreendimento merece atenção de intelectuais da educação e das ciências sociais para, nesse trajeto histórico real, abarcar outras experiências que transcendam as paredes escolares, compreendendo os contextos, os territórios e as relações culturais que se inter-relacionam, anunciando a escola como ponto de partida, e não de chegada.

É preciso reconhecer que matizam a esse contexto movimentos antagonistas de grupos estudantis (Modonesi et al., 2017) com outras formas de manifestação e organização de coletivos que não provêm de tendências progressistas, esquerdistas ou libertárias, identificados como de extrema direita, sejam eles violentos ou não<sup>4</sup>. “En la actualidad, numerosos estudios muestran la relevancia que ostentan desde las derechas dentro de los activismos estudiantiles latinoamericanos” (Dip, 2023, p. 58). No Brasil, a antropóloga Adriana Dias, referência em estudos de grupos neonazistas desde 2002, elaborou um mapa com mais de 500 células extremistas, que apresenta uma expressiva concentração nas regiões sul e sudeste do Brasil que vinculam ódio ao feminino, ao negro e ao nordestino (Jornal do *Campus*, 2022). É relevante lançarmos um olhar transnacional para ações mobilizadoras de justiça social em

4 Dias, Adriana Abreu Magalhães. *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas.

contraposição às organizações extremistas que repercutem nas relações educativas e pedagógicas da atualidade. De modo que esse estudo, embora tenha foco na organização de coletivos com tendências horizontais, libertárias, autonomistas e/ou progressistas, não desconsidera outras formas e tendências de organização estudantil. Compreendemos a necessidade de avançar e refletir paralelamente sobre os impactos desses coletivos e suas pautas no intuito de contribuir com a reflexão e fazer emergir algumas pistas sobre esses problemas cruciais que impactam o campo da educação, das relações humanas e sociais que assolam a atualidade.

Sem negar as contradições postas de “Acreditar no mundo, ainda que isso implique o revés daquilo que, nele, nos captura” (Amaral, 2022, p. 33), é vivendo e atuando na realidade que temos condições de transformá-la e vamos nos transformando ao mesmo tempo. A democracia é uma escolha cotidiana e nos move assim como a utopia em seguir andando, como Galeano nos ajuda a olhar. Que a coragem nos habite e o amor nos faça revolucionários cotidianamente!

Diante do exposto, reiteramos a importância da continuidade de estudos desta ordem, buscando diálogo e o intercâmbio com o movimento estudantil na América Latina para avançar na compreensão local, tecer relações numa escala transnacional de organização política estudantil pela possibilidade de diálogo interfronteiras e engrandecer o (re)conhecimento da nossa própria história enquanto povo latino; das raízes de nossas lutas sociais por vezes desconhecidas ou invisibilizadas. Em suma, trazer luz às experiências do tempo presente, considerando as movimentações e organizações de coletivos estudantis não secundaristas e universitários, com destaque à importância de pesquisadores e universidades latinos contribuírem nessas discussões.

## Referências

- Abramo, H. (2004). *Participação e organizações juvenis*. Projeto Redes de Juventude.
- Barros, L. P. de, & Kastrup, V. (2009). Cartografar é acompanhar processos. Em E. Passos, V. Kastrup, & L. da Escóssia (Orgs.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (pp. xx-xx). Sulina.
- Branco, J. F. M. (2015). *Movimento docente, insurreição popular e propostas coletivas de educação alternativa em Oaxaca* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Cardoso, N. A. B., & Mesti, D. N. (Orgs.). (2020a). *Diário de uma transformação* [Livro eletrônico, PDF]. Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. <https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=gremios+estudantis&menu=0>
- Cardoso, N. A. B., & Mesti, D. N. (Orgs.). (2020b). *Grêmios estudantis: o imaginário de uma transformação* [Livro eletrônico, PDF]. Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis.

<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=gremios+estudantis&menu=o>

- Corti, A. P., & Souza, R. (2004). *Diálogos com o mundo juvenil: Subsídios para educadores*. Ação Educativa.
- Corrêa, G. C. (1998). *Oficina: Apontando territórios possíveis em educação* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Dayrell, J. (2007). A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, 28(100), 1105–1128. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>
- Dayrell, J. (Org.). (2016). Por uma pedagogia das juventudes. Em J. Dayrell (Org.), *Por uma pedagogia das juventudes: Experiências educacionais do Observatório da Juventude da UFMG* (pp. xx–xx). Mazza Edições.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2009). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1). Editora 34.
- Dip, N. (2020). Cuatro caminos de interpretación: Política, izquierda y cuestión universitaria en la historia reciente latinoamericana. *Contemporánea*, 12(1), 123–138. <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/cont/issue/view/68/47>
- Dip, N. (2023). *Movimientos estudiantiles en América Latina: Interrogantes para su historia, presente y futuro* [Libro digital, PDF]. CLACSO; IEC-CONADU. <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248283/1/Movimientos-estudiantiles-Dip.pdf>
- Ferreira, J. M. C. (2018). Anarquia e Maio de 1968 na França. *Verve*, 33, 15–45.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. Em H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica*. Forense. <https://abre.ai/k3xb>
- Foucault, M. (2002). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975–1976)* (M. E. Galvão, Trad.). Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977–1978)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias* (S. T. Muchail, Trad.). N-1 Edições.
- Florianópolis. Secretaria de Educação. (2016). *Plano Municipal de Educação de Florianópolis: Lei complementar n.º 546, de 12 de janeiro de 2016*.
- Freire, P. (1991). *A educação na cidade*. Cortez.
- Gallo, S. (2007). *Pedagogia libertária: Anarquistas, anarquismos e educação*. Imaginário; Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Gallo, S. (2018). René Schérer e a Filosofia da Educação: Primeiras aproximações. *Educação e Filosofia*, 32(65), 793–815. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v32n65a2018-06>
- Gallo, S. (2019a). Educação infantil: Do dispositivo pedagógico ao ir junto com as crianças. Em A. Abramowicz & G. G. C. Tebet (Orgs.), *Infância e pós-estruturalismo* (2. ed., pp. 113–130). Pedro & João Editores.
- Gallo, S. (2019b). Heterotopias do corpo na escola? Pensar Foucault com Schérer. Em J. R. de Almeida & J. da Mata (Orgs.), *Corpo-história e resistência libertária*. Letra e Voz.
- Grosso, L. A. (2004). Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, 13(25).

- Grosso, L. A., et al. (2020). *Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas: Política, educação, cultura e religião*. Pedro & João Editores.
- Hooks, B. (2019). Educação democrática. Em F. Cassio (Org.), *Educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* (pp. xx-xx). Boitempo.
- Jornal do Campus. (2022, julho 19). Nazistas e USP na mesma frase – de novo. <https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/07/nazistas-e-usp-na-mesma-frase-de-novo/>
- Krotsch, P. (2002). Los universitarios como actores de reformas en América Latina: ¿Han muerto los movimientos estudiantiles? *Espacios en Blanco – Serie Indagaciones*, 12, 19–49.
- Larrosa, J., & Koban, W. (2022). Apresentação da coleção. Em J. Rancière, *O mestre e o ignorante: Cinco lições sobre emancipação intelectual*. Autêntica.
- Le Goff, J. (1990). Documento/Monumento. Em *História e memória*. Editora Unicamp.
- Paro, V. H. (2016). *Gestão democrática da escola pública* (4. ed.). Cortez.
- Rancière, J. (2022). *O mestre ignorante: Cinco lições sobre emancipação intelectual*. Autêntica.
- Schérer, R. (1974). *La pedagogía pervertida*. Laertes.
- Silveira, P. H. F. (2020). A autogestão nas escolas ocupadas em Paris [1968] e em São Paulo [2015]. Em S. Gallo & S. Mendonça (Orgs.), *A escola: Uma questão pública*. Parábola.
- Teixeira, I. (2014). Uma carta, um convite. Em J. Dayrell, P. Carrano, & C. Maia (Orgs.), *Juventude e ensino médio: Sujeitos e currículos em diálogo* (pp. 11–41). Editora UFMG.
- Tomizaki, K. (2020). Uma pesquisa sobre, para e com jovens. Em L. A. Grosso et al., *Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas: Política, educação, cultura e religião*. Pedro & João Editores.
- Tragtenberg, M. (2002). Relações de poder na escola. Em *Política e gestão da educação*. Autêntica.
- Tragtenberg, M. (2004). *Sobre educação, política e sindicalismo*. Editora da Unesp.